

Produção do Espaço e Dinâmica Regional

Parques Urbanos contemporâneos: uma análise dos imaginários socioespaciais na cidade de Montes Claros/MG

Contemporary Urban Parks: an analysis of socio-spatial imaginary in the city of Montes Claros / MG

Maria Vitória Xavier Dias Rocha^I , Carlos Alexandre de Bortolo^{II} , Anete Marília Pereira^{III} 

^I Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

^{II} Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

^{III} Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Propomos nesse estudo¹ análises dos parques urbanos na cidade contemporânea através da construção dos imaginários socioespaciais, da experiência e percepção dos seus usuários. A partir dos estudos de três parques urbanos da cidade de Montes Claros/MG, em realidades sociais, econômicas e culturais distintas, buscou-se por meio da técnica de Associação Livre de Palavras (T.A.L.P.) analisar de que maneira esses imaginários se manifestam e têm relação com os usos e apropriações dos espaços. Apesar dos valores atribuídos aos lugares serem de cunho individual e estarem imbuídos de simbologia e afetividade, notou-se uma construção social de imaginários socioespaciais dos parques urbanos analisados, marcados por grupos que possuem o mesmo habitus perceptível por seu estilo de vida, em espaços simbólicos (campos). Dessa forma, para cada objeto em estudo, verificou-se um imaginário espacial característico conforme as necessidades, interesses, valores e estilos de vida distintos. Nos parques Milton Prates e Mangueiras os seus usuários relacionam o espaço como local de vivências do lazer, sendo o lugar do convívio e do encontro. Já o parque Sagarana, embora também seja um espaço do lazer, se faz presente no imaginário como local para prática de atividades físicas em contato com a natureza.

¹ Esse trabalho é resultado parcial da reflexão iniciada na dissertação de Rocha (2020), intitulada: Usos e significados dos espaços públicos contemporâneos: uma análise dos parques urbanos em Montes Claros/MG, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Palavras-chave: Espaços públicos; imaginários socioespaciais; parques urbanos; percepção ambiental

ABSTRACT

In this study, we propose analyzes of urban parks in the contemporary city through the construction of socio-spatial imaginary, the experience and perception of its users. From the studies of three urban parks in the city of Montes Claros / MG, in different social, economic and cultural realities, it was sought through the technique of Free Word Association (T.A.L.P.) to analyze how these imaginary manifest themselves and are related to the uses and appropriations of spaces. Despite the values attributed to the places being of an individual nature and imbued with symbolism and affectivity, there was a social construction of socio-spatial imaginary of the analyzed urban parks, marked by groups that have the same habitus perceptible by their lifestyle, in symbolic spaces (fields). Thus, for each object under study, a characteristic spatial imagery was verified according to the different needs, interests, values and lifestyles. In the Milton Prates and Mangueiras parks, its users list the space as a place for leisure experiences, being the place for socializing and meeting. In its turn the Sagarana park, although it is also a leisure space, is present in the imaginary as a place to practice physical activities in contact with nature.

Keywords: Public spaces; socio-spatial imaginary; urban parks; environmental perception

1 INTRODUÇÃO

As cidades dispõem de locais públicos que representam a imagem da cidade e de sua sociabilidade, que produzem um resumo da diversidade socioespacial da população. Pensar nos espaços públicos é conceber um espaço constituído pela diversidade de representações, num combinado de cultura, economia e valores de uma sociedade. Trata-se de áreas que processam uma mistura social, com diferentes segmentos, expectativas e interesses, desfruta-se da co-presença, ultrapassa diversidades e transcende particularidades em uma prática de civilidade.

A cidade, na qualidade de produto social, é apropriada por diferentes formas e usos dos lugares, e o parque urbano, por sua vez, tem sido um grande aliado na promoção de sociabilidade e das vivências urbanas.

O parque urbano tal como conhecemos atualmente teve sua origem em meio à cidade industrial, como forma de refúgio dos males da vida urbana. No contexto europeu o parque serviu a função social de lazer das massas, entretanto, no Brasil o parque surge como embelezamento e cenário das elites emergentes. O interesse

político-social pela função social dos parques emerge nas duas últimas décadas do século XX (MACEDO; SAKATA, 2010).

Todavia, o parque urbano ainda é hegemonicamente um espaço destinado para as classes médias que tendo o Estado como aliado, concebe os espaços a partir das suas necessidades e prazeres (SERPA,2007). Além disto, os espaços públicos da cidade contemporânea não apresentam equidade distributiva, localizam-se próximos aos bairros com população de maior poder aquisitivo. Desta forma, apesar do aumento da quantidade dos parques urbanos nas cidades brasileiras no século XXI, sustentado por distintos discursos, raros são os existentes em áreas periféricas e em contextos com população de baixo poder aquisitivo. Nesses locais é frequente a criação de espaços informais, como os campos de futebol, construídos pela própria população para suas atividades de lazer (MACEDO et al, 2018). Os referidos autores acrescentam que:

Os parques urbanos crescem em número e frequência em diversas cidades do país, de Porto Alegre a Macapá, de Rio Branco a Salvador. Comumente observa-se a desigualdade em sua distribuição: mais frequente, melhor equipados e mantidos nas áreas mais ricas das cidades ou áreas centrais; mais escassos, pior equipados e mal mantidos nas periferias pobres. Neste século esta regra, no entanto, vem sendo quebrada em algumas grandes cidades e metrópoles brasileiras, porém se desconhece cidade no país que conte com seu melhor parque em bairro mais empobrecido (MACEDO et al, 2018, p.39-40).

Assim, a desigualdade distributiva desses equipamentos no Brasil também se torna um meio de aprofundar as desigualdades socioespaciais deixando de proporcionar vivências e lazeres para todos os habitantes na cidade contemporânea.

Partindo dessas premissas, foram analisados três parques urbanos da cidade de Montes Claros/MG: o Parque Municipal Milton Prates, o primeiro parque inaugurado na cidade - em 1969; o Parque das Mangueiras, implantado em 2012, e o Parque Municipal Sagarana criado em 2018. São parques concebidos em momentos distintos e situados em bairros diferentes na cidade, o que justifica a

relevância da análise focal em cada realidade espaço-temporal, ponderando as variações dos fenômenos analisados. A escolha desses espaços foi pautada em três critérios: os parques urbanos serem de responsabilidade do município de Montes Claros, se encontrarem abertos e em pleno uso pela população².

Para o estudo destes três espaços públicos, em realidades sociais, econômicas e culturais distintas, utilizou-se como metodologia a entrevista semi-estruturada. Na primeira pergunta fez-se o uso da técnica de Associação Livre de Palavras (T.A.L.P.), foco central desse artigo. Por meio dessa técnica buscou-se analisar o imaginário socioespacial e os espaços de representação dos parques urbanos montesclarenses.

A T.A.L.P. é orientada pela hipótese de que o sujeito se torna consciente através da manifestação de suas condutas, escolhas, evocações e criação. Dessa forma, o intuito da técnica é estimular, tornar possível a observação, o registro e a comunicação verbal (COUTINHO, 2017).

Para estruturar a T.A.L.P. elaborou-se uma nuvem de palavras para cada parque. Em sua produção foi manuseado o programa informático Wordle®³, que fornece uma nuvem de palavras de modo a organizá-las em variadas cores e tamanhos, com base no número de menções feitas no decorrer do texto, ou seja, o tamanho da palavra está relacionado a quantidade de vezes que esta foi mencionada pelos usuários.

O trabalho de campo foi realizado durante todo o mês de outubro de 2019, dividido em turnos manhã/tarde/noite entre os três parques urbanos, buscando compreender os significados, usos e apropriações apreendidos nesses espaços

² O Parque Florestal do Sapucaia estava fechado para visitação pública durante a realização dessa pesquisa, sendo assim optou-se pela exclusão deste nas análises. Posteriormente ao início desse estudo, iniciou-se uma crescente política de implantação de parques urbanos na cidade, com inauguração dos parques Cândido Canelas (zona centro-sul), Parque Professor Antônio Jorge (zona sul) no ano de 2019, e o Parque Natural Municipal Lagoa dos Portugueses (Belvedere - zona leste) que foi aprovado pelo decreto 3.928/2019 no dia 05 de dezembro/2019 que atualmente encontra-se em fase de obras.

³ O Wordle é uma ferramenta de acesso livre, disponível para baixar no <http://www.wordle.net/>. A nuvem de palavras também pode ser desenvolvida e criada online.

nos dias da semana, bem como nos finais de semana. No total foram realizadas 72 entrevistas⁴, sendo 23 no Parque Milton Prates, 28 no Parque Mangueiras e 21 no Parque Sagarana. Para melhor apreensão das realidades de cada parque, tendo em vista suas dimensões territoriais que impediam uma análise focal nas práticas espaciais vivenciadas, os parques foram divididos em setores.

Dessa forma, procurou-se entender como cada parque urbano é vivenciado pelos cidadãos montesclarenses e de que forma está presente no imaginário de seus usuários. Sendo assim, por meio do imaginário do usuário, que é criado e organizado a partir da sua própria percepção e desejos, fruto de suas experiências dadas no espaço, buscou-se ampliar o entendimento dessa relação pessoa-ambiente nos espaços de representação.

2 O PARQUE URBANO CONTEMPORÂNEO

Os espaços públicos contemporâneos oferecem uma multiplicidade de funções, desde o tradicional lugar do convívio social às novas funções que podem ser neles encontradas como lazer, eventos, contemplação, estética, descanso e estar, bem como atividades educativas.

Os parques urbanos, por sua vez, são espaços públicos abertos a todo tipo de público, que possui características, interesses, valores e projetos distintos. Esse equipamento urbano é atualmente, por excelência, um espaço para contemplar a natureza e experienciar o ócio, promotor de lazer e de práticas esportivas, fonte de turismo, dentre outros. São considerados pelos autores Macedo e Sakata⁵ (2010) como espaços destinados à recreação das massas, sem haver necessidade da

⁴ A pesquisa que também buscava analisar os usos e apropriações dos parques urbanos, estabeleceu como critério para escolha dos entrevistados alguns parâmetros: i) para cada tipo de atividade (uso) exercida no parque, selecionar no mínimo dois usuários aleatórios que aceitassem participar da entrevista; ii) ser preferencialmente de gêneros distintos.

⁵ A autora Sakata (2018) renova sua concepção definindo-o como "O parque urbano contemporâneo brasileiro é um espaço público, que se insere ou que tangencia malhas urbanas. É figura urbana híbrida que resultou na fusão dos conceitos de parque urbano, destinado à recreação de massa, com o parque natural, destinado à conservação ambiental." (SAKATA, 2018, p.86)

predominância de áreas verdes. Esses equipamentos urbanos manifestam uma constante recodificação em sua concepção, como ressalta Serpa (2007) ao dizer que os parques urbanos são alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam, contendo intrinsecamente os valores e discursos de uma sociedade.

O parque urbano tal qual conhecemos atualmente é um produto da cidade industrial. Ele surge em reação aos males e as condições insalubres, pressupondo um refúgio em meio ao caos da vida urbana (GOMES,2013). Assim sendo, nesse período a exaltação da natureza acontece em meio às transformações sociais, políticas e econômicas das relações campo-cidade, de maneira que emerge o modelo de parque como espaço pensado e criado para fazer parte do novo modelo de vida do homem urbano.

Gomes (2013) ainda estabelece uma relação combinada e conflitante entre o homem e o parque, sendo combinada ao unir os modos naturais do campo às necessidades do homem urbano; e conflitante porque nega parte dos modos de vida do rural e molda a natureza selvagem, uma vez que procura domesticá-la. Sendo assim

Torna-se fundamental esta contextualização dos parques no tempo, circunscrevendo-se ao espaço campestre, porque muitas vezes as imagens que se vende, na cidade atual, são combinações da paisagem do campo, como gramados verdejantes, árvores esparsas, enfim, natureza “tratada” paisagisticamente e natureza “selvagem”, como os bosques e matas fechadas onde se encontram espécies de fauna e flora. Entretanto, não é a imagem do campo em si, do modo de vida rural que se vende, mas de uma paisagem tida no imaginário social como lugar de descanso e paz, de proximidade com a natureza (GOMES, 2013, p.62).

O processo de produção do parque urbano e a sua representação enquanto símbolo da natureza incorporou-se no cotidiano do homem urbano. Deste modo, os parques apresentam relevância para o contexto das cidades contemporâneas, sendo distintos os interesses e necessidades da sociedade no que diz respeito a essa natureza. Ao serem compreendidos como raridade do espaço, os parques podem beneficiar imobiliariamente as áreas de seu entorno, ou seja, podem fazer

parte um conjunto de estratégias que visam ampliar a reprodução do capital, impulsionados pelas necessidades, status, símbolos de uma natureza idealizada (SOBARZO, 2004; GOMES, 2013).

Os parques urbanos multiplicaram-se pelas cidades brasileiras no século XXI, amparados por distintos discursos no cenário das transformações urbanas e criação de legislações ambientais. Tinham como objetivo prover espaços de lazer e esporte para população, valorizar bairros com empreendimentos imobiliários, ou eram demarcações ambientais com função de preservação e conservação de recursos naturais. A criação dos parques com funções de reservas ambientais foi uma maneira de resguardar partes ambientalmente valiosas das paisagens, que iriam se integrar mais tarde ao contexto urbano (SAKATA, 2018).

Contraditoriamente a sua multiplicação, o parque urbano continuou sendo um produto das elites, que recebem intermediação do Estado para conceberem os espaços a partir das suas necessidades e prazeres, ou seja, “O parque público é antes de tudo um espaço com alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza esses equipamentos como bens coletivos e lugares da diversão, do entretenimento e da ‘natureza socializada’”. (SERPA, 2007, p.42).

O surgimento de parques urbanos em áreas periféricas é um fenômeno recente e apesar de em sua maioria serem espaços com um programa arquitetônico e urbanístico básico (SAKATA, 2018), a existência desses equipamentos na periferia é importante para democratização e inclusão do lazer no espaço urbano. Não raro, esses espaços possuem um uso efetivo da população, mas que espelham o despreparo das gestões municipais ao implantá-los e geri-los.

O espaço público tem múltiplas representações e localizações no território da cidade, retratando as múltiplas formas de usos e práticas socioespaciais dos sujeitos sociais. Os espaços públicos localizados em áreas periféricas são locais que possuem manifestações das distintas formas de resistência à cidade, locais que expressam resíduos de uma esfera pública (LOBODA, 2016).

O referido autor ao analisar os espaços públicos na periferia da cidade contemporânea retoma o processo de banalização do direito a cidade, destacados por Carlos (2005), no qual a produção da cidade enquanto mercadoria cria extensas periferias e intensifica a desintegração dos espaços promotores à vida (trabalho, alimentação e recreação). Com isso, o autor ressalta o direito ao entorno, isto é, a relação entre a cidade, o espaço público e a periferia.

Para Santos (2007) o direito ao entorno aparece nos livros e discursos, mas não foi implementado. A lei que impera é a do processo produtivo que expulsa e desenraiza e que não assegura o direito à cidade, ou ao menos, ao entorno. Os espaços públicos, típicos da vida urbana, sofreram impunemente privatizações, sendo que:

Temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (SANTOS, 2007, p.64).

Uma cidade vívida e saudável não se resume apenas a espaços de habitação e trabalho, mas também a espaços que promovam o lazer, e quando acessível a toda população promove justiça social urbana e propicia bem-estar e qualidade de vida para os cidadãos.

Para Marcellino (1996, p.25) “[...] democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termos da vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como não fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano”, ou seja, a relação lazer/espaço urbano possui uma série de descompassos, marcadas pela relação da ocupação diferenciada do solo, de forma que nem toda população tem acesso privilegiado aos espaços de lazer.

Posto isto, o espaço enquanto valor de uso é minimizado pelo seu valor de troca, só quem detém condições financeiras consegue usufruir e consumir o espaço na qualidade de mercadoria, e tem acesso aos objetos tanto vendáveis quanto os simbólicos e imaginários (paisagens, ar puro, natureza) e equipamentos que promovam o lazer, que embora públicos, estão localizados em setores com melhor infraestrutura nas cidades.

Encontra-se uma aproximação na compreensão de espaços públicos contemporâneos na exposição de Leite (2007, p.196, grifos do autor) quando ele afirma que

[...] entende-se que uma noção de espaço público requer, para qualificar como públicos determinados espaços urbanos da vida contemporânea, uma inserção conceitual de mão dupla entre espaço e sociabilidade pública. Implica, portanto, relacionar dois processos interdependentes, que concorrem simultaneamente para uma única direção: a construção social do espaço, enquanto produto e produtor de práticas sociais; e a construção espacial da sociabilidade pública, enquanto produto e produtor das espacializações da vida social.

Os dois processos descritos pelo autor, construção social do espaço e construção espacial da sociabilidade, apresentam a superação do espaço como meramente uma dimensão física, passando a uma compreensão de um espaço que mantém a sua materialidade física e é socialmente produzido e potencialmente social, político e comunicativo.

Essa análise do espaço socialmente produzido, conduz para além da reprodução das representações do espaço (espaço concebido), explorando a apropriação dos espaços de representações (espaço vivido) – fruto de símbolos e desejos, vivenciados e apropriados, portanto, obra própria dos cidadãos. Para Serpa (2007) a tríade lefebvriana representa a estrutura espacial da esfera pública urbana, na qual:

- a) As práticas espaciais, englobando produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais característicos para cada formação social, assegurando continuidade em um quadro de relativa coesão; b)
- As representações do espaço, ligada às relações de produção, à ordem

imposta, ao conhecimento, aos signos e códigos, às relações “frontais”;
c) Os espaços de representação, apresentando simbolismos complexos, expressão do lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também da arte (SERPA, 2007, p. 19).

Por isso, entende-se a importância da tríade lefebvriana para analisar os parques urbanos e suas representações nas relações de produção, ora relações de poder (espaço concebido), ora produção do imaginário, desejo (espaço vivido), e vida social cotidiana (espaço percebido).

2.1 Parques urbanos montesclarenses: realidades espaço-temporais

Os parques analisados, o Parque Municipal Milton Prates, o Parque das Mangueiras e o Parque Municipal Sagarana estão localizados na cidade de Montes Claros, são de responsabilidades do poder público municipal, por meio da Secretaria de Meio Ambiente –SEMA.

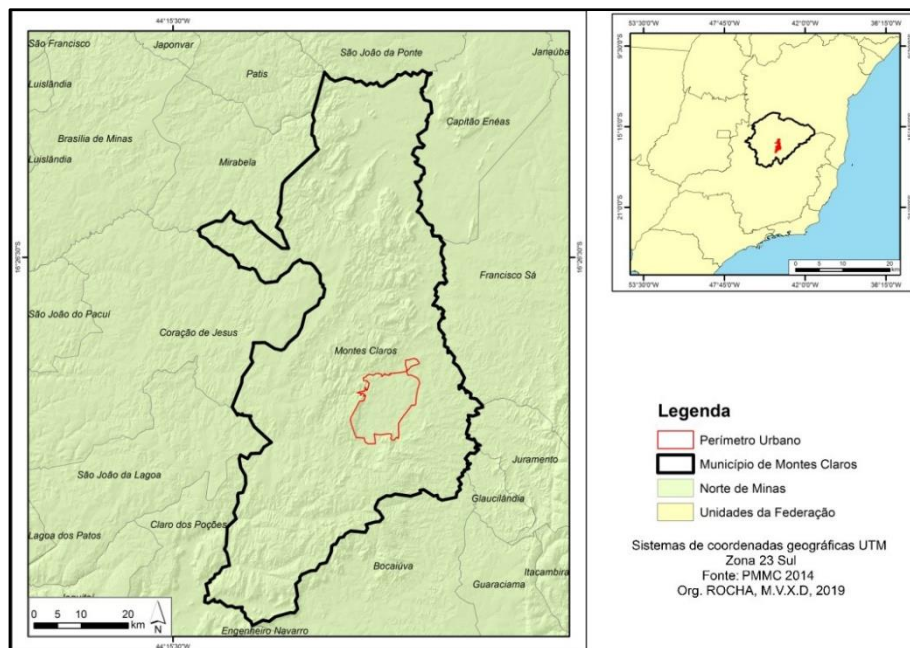
Montes Claros é uma cidade média⁶, situada na mesorregião Norte de Minas (LEITE; PEREIRA, 2008). De acordo com o último censo do IBGE (2010) a população do município é de 361.915 habitantes⁷, sendo atualmente o sexto mais populoso do estado⁸. A cidade fica a 424 km de Belo Horizonte, capital mineira, e possui importantes eixos rodoviários com acesso às rodovias BR-135, BR-251 e BR-365.

⁶ Ver as análises de Montes Claros enquanto cidade média em Pereira (2007); França (2007).

⁷ De acordo com o IBGE CIDADES estimou-se uma população de 409.341 habitantes para o ano de 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>, acesso em 05 dez. 2019

⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=9112&t=resultados> acesso em 10 de ago. 2019

Figura 1: Localização do município de Montes Claros-MG e municípios limítrofes.



Fonte: Rocha, 2020

Embora não seja o foco do estudo, entende-se a importância de contextualizar o espaço-tempo em que os três parques urbanos foram constituídos na cidade. O primeiro parque urbano construído na cidade foi o Parque Municipal Milton Prates, com 196.000m² (cento e noventa e seis mil metros quadrados), sendo o maior equipamento urbano de sua categoria (parques naturais do município).

O parque foi uma promessa para o povo montesclarenses como um novo espaço de lazer para os trabalhadores, fruto de uma gestão que se preocupava com uma cidade mais humana para seus habitantes (SILVEIRA, 2015). Simbolicamente foi inaugurado no dia 1º de maio de 1969, em comemoração ao dia do trabalhador e desde então essa data foi mantida como um evento festivo pelas gestões municipais, com adesão massiva da população montesclarenses. Localiza-se na zona sudoeste da cidade, assim como duas outras Unidades de Conservação criadas posteriormente para conservação e preservação ambiental

que são o Parque Florestal da Sapucaia (1987) e o Parque Guimarães Rosa (1989), dispostos na figura 2.

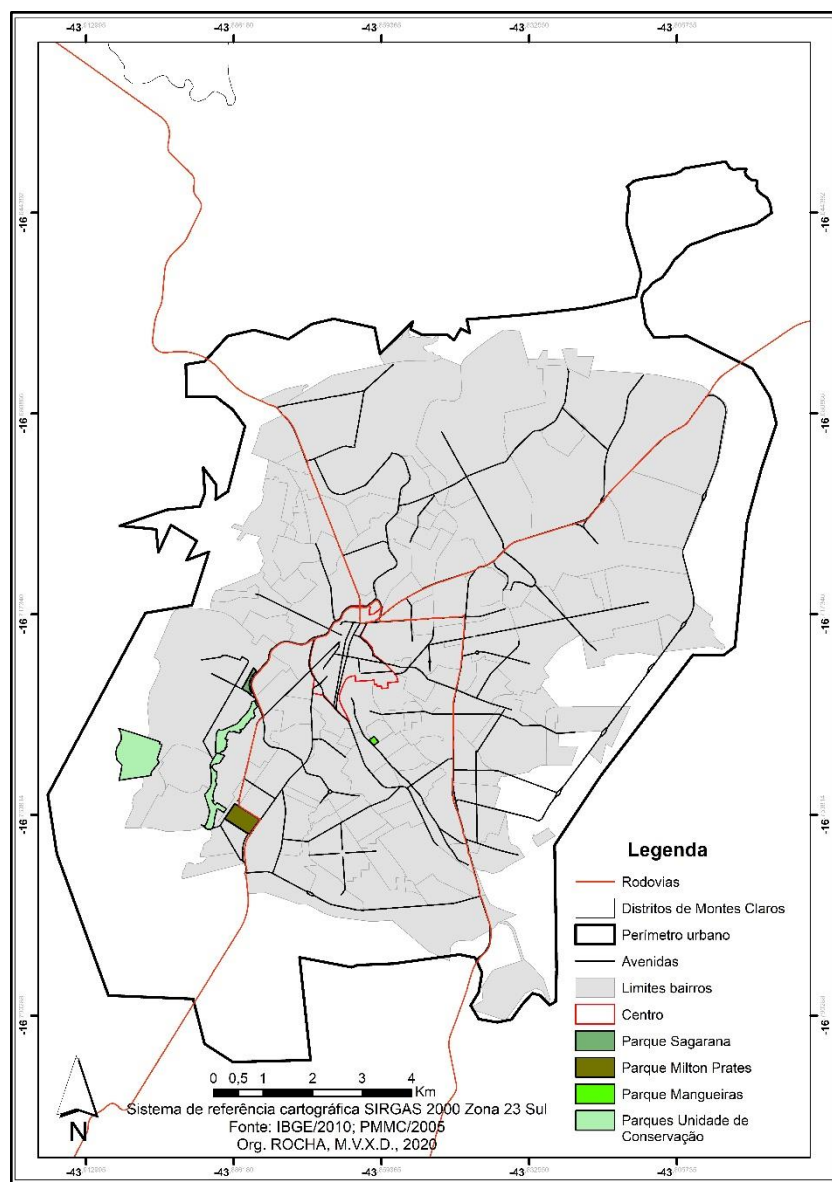
Essa porção oeste/sudoeste apresentou um crescimento urbano diferenciado nas décadas de 1970-1980, quando foram surgindo loteamentos sem atender a políticas ou controles urbanísticos e de proteção ambiental (FRANÇA, 2007), denotando intensa especulação imobiliária. Dessa maneira, com um padrão urbanístico disperso, Montes Claros concentrou equipamentos e boa infraestrutura nos bairros de alta renda, vivenciando os processos de segregação socioespacial e periferização em seu processo de expansão. Com isso, o acesso aos parques urbanos concentrados nas zonas oeste/sudoeste, só acontecia nessa época por meio de transportes públicos ou particulares devido a sua distância do centro da cidade.

Somente em 2012, após diversas mobilizações populares, que foi inaugurado o Parque das Mangueiras, localizado no centro-sul da cidade em uma região com população de baixo poder aquisitivo. O Parque das Mangueiras, também conhecido como Nilson Espoletão, possui 17.106,75m² (dezessete mil, cento e seis metros quadrados e setenta e cinco centímetros quadrados) e sua criação teve como intuito promover uma área verde para melhorar a arborização da cidade e assegurar o bem-estar dos moradores daquela região, proporcionando um local agradável para caminhadas, exercícios físicos, bem-estar, lazer e descanso (ASCOM, 2012).

O Parque urbano Sagarana, inaugurado em 2018, é uma parte desmembrada da reserva ambiental do Parque Guimarães Rosa destinado ao uso da população para práticas de caminhadas, esportes e lazer contemplativo. O espaço possui uma área de 39.353,40m² (trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e três metros quadrados e quarenta centímetros quadrados) e está localizado na zona oeste da cidade.

Na figura 2 verifica-se que o Parque Municipal Milton Prates e o Parque Municipal Sagarana estão localizados a sudoeste da cidade. Nessa região a população detém um médio-alto poder aquisitivo, como salientado anteriormente. O Parque das Mangueiras fica mais afastado dos dois parques citados e no seu entorno vivem pessoas de baixo poder aquisitivo. Os demais parques da cidade foram criados em data posterior a realização dessa pesquisa, por isso não constam no referido mapa.

Figura 2: Localização dos Parques Urbanos analisados



Fonte: Elaborado pelos autores

Gomes (2018) elenca como importantes elementos a serem considerados em estudos atuais de parques urbanos: a localização, a acessibilidade, a vizinhança e a imagem social que é produzida e veiculada sobre esse espaço. Esses fatores, juntamente com o programa de atividades e desenho arquitetônico oferecido pelo parque, contribuem de forma decisiva na utilização destes espaços.

No caso de Montes Claros, observa-se que não há equidade em relação a distribuição dos parques na cidade, fato que dificulta o acesso de distintas classes e tipos sociais a esses espaços. Há uma diferença entre os três parques quanto à sua localização, ao programa arquitetônico (atividades) oferecidos e também ao imaginário socioespacial de seus usuários. Infere-se que a localização dos parques urbanos na cidade contemporânea, que possui seu território articulado e fragmentado, interfere nos padrões de usos e dos usuários assim como na manutenção e revitalização destes equipamentos urbanos por parte da gestão municipal.

Observa-se que os parques urbanos fazem parte das vivências cotidianas de uma parcela da população que reside perto destes equipamentos, ou que mesmo distantes destes espaços dispõe de maior condição de acesso. Tais espaços públicos, historicamente com usos atribuídos ao lazer, atualmente possuem novas funções como a prática de atividades físicas ao ar livre, contendo aparelhos de academia e infraestrutura para as atividades no propósito de promover mais saúde e qualidade de vida para a população. Desta forma, o parque urbano da cidade contemporânea insere-se no cotidiano diário dos cidadãos por meio das práticas esportivas e aos finais de semana conserva-se como equipamento de lazer das massas.

3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E IMAGINÁRIOS SOCIOESPACIAIS

Cada indivíduo concebe e organiza sua realidade a partir da sua própria percepção e desejo, convertendo-a em imaginário. Conforme Del Rio (1996, p.3)

“Entendemos a percepção como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos”. Posto isto, a interação entre a mente e o ambiente possuem cinco etapas que não ocorrem linearmente, sendo elas: sensações (instantâneas e seletivas); motivações (necessidades e interesses); cognição (memória, organização e imagens); avaliação (expectativa, seleção e julgamentos) e, por fim, a conduta (opinião, ação, comportamento).

Para Savi (2016) a interação do homem com o ambiente construído estabelece uma série de posturas e condutas comportamentais que são resultantes da percepção da realidade ambiental. De acordo com a autora citada anteriormente, a percepção é organizada através dos sentidos (sensações) que organizam os impulsos conforme eles chegam ao cérebro, de maneira que

O corpo humano recebe um bombardeio de estímulos energéticos de toda ordem e pelos receptores especializados (sentidos), selecionam aspectos de interesse ou que tenham chamado atenção, ocorrendo a percepção (formação da imagem) e a consciência (formação do pensamento e sentimento). (SAVI, 2016, s.p)

Logo, o filtro motivacional individual, que seleciona as necessidades-interesses e resulta na percepção do ambiente, responde ao comportamento espacial. De acordo com Tuan (1980, p. 129) “Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época”. É através do meio ambiente que é percebido esse estímulo sensorial que dá forma (imagens mentais) e despertam os sentimentos topofílicos, calcados nos sentimentos de apego e afetividade pelo lugar.

Tuan (1980, p. 137) ressalta que “As imagens da topofilia⁹ são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio

⁹ Conforme definição do autor: “A palavra ‘topofilia’ é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.

ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas”, sendo assim, a percepção remete a algo individual e experiencial do indivíduo. Acrescenta que “A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo” (1980, p.11), quando os órgãos e os sentidos são usados em suas atividades e explorações dirigidas por valores culturais. Ainda que o ser humano responda ao mundo através dos seus cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato), o homem é um animal predominantemente visual, o que faz desse sentido o principal envolvido na percepção espacial humana, ressaltando que ele é quem recebe as imagens visuais e as decodifica (TUAN, 1980;1983).

Ao refletir sobre a dimensão geográfica do imaginário, Silva Júnior (2001) entende que o imaginário social está inerentemente relacionado com o lugar, uma vez que nele desenrolam o cotidiano e as práticas sociais imbuídas de valores simbólicos.

Assim, os lugares que se encontram repletos de simbologias e afetividades para uma pessoa, podem também fazer parte de um imaginário coletivo. Os valores atribuídos aos lugares são tomados individualmente, assim como podem ser construídos socialmente através dos imaginários sociais idealizados por um grupo de indivíduos. Esses valores são “Evidências não palpáveis que se fixam no inconsciente coletivo representam os símbolos produzidos e construídos socialmente os quais por sua vez denotam a idéia representativa de uma realidade” (JÚNIOR SILVIA, 2001, s.p).

Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.” (TUAN, 1980, p.107)

Para Gomes (2018, p. 367) “A valorização de um espaço está relacionada a uma complexa composição de significados psicossociais”, sendo que o público atribui ao espaço variáveis positivas ou negativas, que podem ser topofílicas ou topofóbicas¹⁰. O autor supracitado ao analisar as formas de sociabilidade em três parques distintos na cidade do Rio de Janeiro acrescenta que o conceito de topofobia ultrapassa a simples ideia de sentimento de medo e violência. Nas suas palavras:

Ela é também gerada pela repugnância, pela aversão e pela antipatia. Certos espaços, devido a particulares características – luminosidade, distância, manutenção, aparência física etc. e, sobretudo, pelo tipo de frequência -, são reconhecidos como lugares desagradáveis ou desagradados. Eles produzem uma sensação global de rejeição. O vocabulário que acompanha a expressão da topofobia recorre, assim, às ideias de incompatibilidade, desconforto, desordem, ameaças genéricas, frequências de grupos que desagradam, etc (GOMES, 2018, p.368).

Posto alguns conceitos sobre percepção ambiental que exploram a relação pessoa-ambiente e sua construção a partir das cognições, percepções, crenças, valores socioculturais e condutas, entende-se que este conjunto de interações influenciam nos modos de ação e apropriação dos espaços. De acordo com o autor:

É pela experiência e interação direta com um espaço que essas percepções se criam, mas as narrações e os rumores também contribuem para conotar lugares e também **criam imaginários espaciais**. [...] a espacialidade é o corolário da comunicação entre elementos físicos, veiculadores de significados, e o glossário de valores e julgamentos que contextualizam as experiências espacialmente vividas pelos indivíduos nos encontros sociais. (GOMES, 2018, p. 368-369, grifo nosso)

Ancorado nesta definição de imaginários espaciais de Gomes (2018) para leitura dos espaços públicos, o qual entende a espacialidade como a junção da materialidade física adicionado aos diversos valores e significados empregados aos espaços e experiências vivenciados, concebe-se o entendimento do imaginário

¹⁰ Conceitos empregados pelo autor Yi-Fu-Tuan em sua obra: Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.

socioespacial como aquele que tem os mesmos atributos citados anteriormente e que, além disso, considera sobretudo as relações culturais, econômicas, sociais e históricas como fatores que interferem nas percepções ambientais e por sua vez, nos seus imaginários.

O espaço percebido de Lefebvre (2006) diz sobre a realidade cotidiana revelada pela prática espacial dos cidadãos. Nos parques urbanos da cidade contemporânea, são encontradas distintas práticas espaciais e vivências urbanas, diferenciadas muitas vezes por uma análise cultural, que interpreta, ressignifica e varia conforme cada realidade socioespacial, de maneira que “Ao estudar os significados do espaço em uma sociedade pode-se estabelecer conexões com a vida cotidiana, a dinâmica familiar, as condições de vida, crenças e classes sociais” (WELSCH, 2018, p.30).

Dessa maneira, a percepção da cidade ou de espaços da cidade varia de acordo com os filtros sociais, individuais e culturais (OKAMOTO, 2002). Entendendo que os filtros sociais são movidos pelas motivações e interesses dos indivíduos que, por sua vez, estão relacionados com a realidade cultural em que cada pessoa está inserida, introduz-se as contribuições de Bourdieu (1983; 2003) com os conceitos de capital cultural e social, habitus e campos.

Para Bourdieu (2003) a cultura atua nas condições de vida das pessoas, desse modo, ele analisa a cultura como uma forma de poder que distingue e se relaciona com as demais estruturas – econômica e social. O autor explora o conceito de capital nos âmbitos econômico, cultural, social e simbólico; e entende que o processo de mudança da estrutura social pode acontecer por meio da cultura (SILVA, 1995). O capital cultural está relacionado com as heranças familiares adquiridas; o capital social compreende os conhecimentos e relacionamentos com pessoas, isto é, a rede de contatos que possibilita privilégios e, conseqüentemente, o reconhecimento social. Este, por sua vez, corresponde ao capital simbólico que envolve prestígio, honra, etc.

O habitus¹¹ é uma pré-condição social e cultural do indivíduo ao apreciar diferentes práticas e objetos, ou seja, materializados pelo estilo de vida. O capital cultural, na qualidade de habitus, possibilita o acesso a informações, conhecimentos e culturas específicas, tidas como superior por todos. Dessa forma, surge então o valor simbólico que os grupos dominantes detêm, de legitimar sua cultura como soberana.

O habitus leva em consideração a integração de estruturas sociais, definidas pelo autor como campos. Os campos são espaços simbólicos que possuem indivíduos com habitus afins, isto é, materialmente são locais de sociabilização entre iguais. O habitus é incorporado pelo indivíduo ao longo de sua história, sendo ele pertencente a um ou mais campos que internaliza as regras específicas deste e as reproduz.

Para Serpa (2007) o conceito de habitus é oportuno para compreender as experiências e preferências dos espaços vividos e dos espaços de representações nos espaços públicos. Sendo o habitus um princípio que atua simultaneamente na geração e classificação de práticas sociais tem-se que ele possui a “[...] capacidade de produzir práticas e objetos passíveis de classificação e capacidade de apreciar e diferenciar essa prática e objeto (gosto) – que se origina o mundo social das representações, o espaço dos estilos de vida” (SERPA, 2007, p. 176).

Compreendendo que o espaço público é o local de amplas possibilidades, da ação política e social, das normas e dos conflitos da vida pública, do espaço simbólico e da intersubjetividade que reproduz distintas culturas e possibilita a conexão dos sujeitos e percepções na produção e reprodução do cotidiano, encaminha-se para análise da percepção dos usuários dos parques a partir da técnica associações livres de palavras, na qual através de três palavras

¹¹ Para Bourdieu (2003, p. 140, grifos do autor) “O habitus é, para falar depressa, um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objectiva dos condicionamentos mas fazendo-a sofrer uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que ‘reproduzamos’ as condições sociais da nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não podemos passar simples e mecanicamente conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos.”

mencionadas por cada entrevistado, buscou-se por meio do processo cognitivo materializar os imaginários socioespaciais.

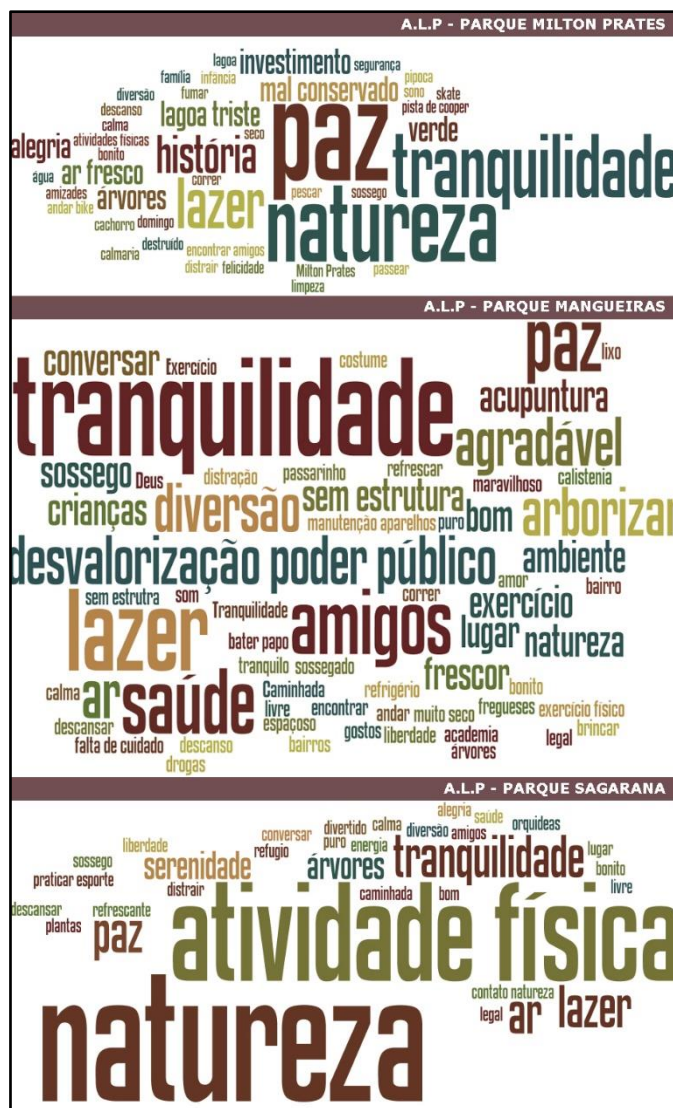
O resultado dessa técnica é demonstrado na figura 3, as nuvens de palavras produzidas para cada parque. Optou-se pela aproximação das três nuvens de palavras para melhor comparação das realidades socioespaciais dos parques urbanos.

Dentre tantas palavras chaves citadas, natureza, tranquilidade e seus pares - calma, sossego, descanso, - foram as mais utilizadas para descrever os primeiros sentimentos relacionados aos parques. Percebe-se que no imaginário do usuário está presente uma natureza idealizada, a qual se associa no geral à representação do paraíso, paz, tranquilidade, liberdade, mistério, patriotismo, proteção (SERPA, 2007) e resgata a ideia de a natureza aproximar de Deus.

Os parques atualmente podem ser vistos como símbolos de uma “[...] representação estática, teatralizada e simplificada da ‘Natureza’ no contexto urbano” (SERPA, 2007, p. 37), espaços de lazer, qualidade de vida, saúde, turismo, dentre outros. Entretanto, pode haver uma reificação das funções sociais destes equipamentos urbanos, uma vez que as administrações locais e o setor privado têm utilizado destes símbolos para ampliação da reprodução do capital (SERPA, 2007).

Outras constantes palavras evocadas pelos usuários, estão relacionadas as suas práticas e atividades realizadas no dia da entrevista ou em seu cotidiano, como o uso para o lazer, para as diversas práticas de exercícios físicos (caminhada, corrida, academia, calistenia) e saúde (especificamente acupuntura) - presente no imaginário do usuário do parque das Mangueiras, pelo fato dele possuir um posto de saúde.

Figura 3: Nuvens de Palavras (T.A.L.P.) dos parques estudados



Fonte: Rocha, 2020

Em uma análise geral e comparativa dos três parques urbanos e de suas A.L.P.s, tem-se, conforme o quadro 1, uma síntese dos fatores que despertam o inconsciente, que estão associados ao imaginário socioespacial dos usuários dos parques. O quadro subdivide-se em percepção ambiental (dimensão formal e simbólica) e sentimento apreendido no espaço, de maneira que o processo de interação do indivíduo com o ambiente é permeado por aspectos como suas motivações; cognição; avaliação; sentimentos; que se transformam no comportamento espacial (DEL RIO, 1996;2003).

Quadro 1: Fatores que despertam o inconsciente (imaginário socioespacial)

Análise Associação Livre de Palavras (A.L.P.)				
Parque	Percepção Ambiental		Sentimentos	Cognição <=> Comportamento espacial (uso)
	(1) formal	(2) simbólica		
Milton Prates (1969)	Degradações em sua infraestrutura física e falta de manutenção	- Lugar histórico e cultural, relação com a infância, lagoa. - Natureza idealizada	Topofílico e topofóbico	- Lazer; passear; encontrar; - Atividades físicas
Mangueiras (2012)		Natureza idealizada	Topofílico e topofóbico	- Lazer; amigos; diversão - Saúde; exercício físico
Sagarana (2018)			Topofílico	- Atividade física - Lazer

Fonte: Organização dos autores

Considerando que a percepção ambiental ocorre através do contato direto e imediato com o meio ambiente e do processo de interação entre a mente e o ambiente (DEL RIO,1993), no imaginário do usuário estão presentes avaliações (expectativa, seleção e julgamentos) acerca do espaço físico e que são somadas às experiências no lugar. Para Tuan (1983) a experiência compreende as distintas formas de construir a realidade que envolve a percepção visual ativa, os símbolos e os sentidos.

Corroborando com o entendimento de Tuan (1980) de que na percepção do espaço há uma predominância do sentido visual, Silva (2009) ressalta que os espaços públicos apresentam duas dimensões para quem os observa, sendo elas: a dimensão formal que diz respeito a sua estrutura física e sua aparência visual, e a dimensão simbólica que está relacionada ao lugar e as suas associações históricas.

Ainda que a percepção dos espaços públicos sofra variação individual, devido suas razões fisiológicas e psicológicas, é possível listar alguns fatores relevantes para obter a sensação de conforto nestes espaços, sendo eles: equipamentos e mobiliários em quantidades mínimas e adequados para o uso das atividades propostas e a quantidade adequada de vegetação que auxilie no conforto térmico (SILVA, 2009).

Analisando a partir dos sentimentos apreendidos e considerados pelos autores Tuan (1980; 1983) e Gomes (2018), topofilia e topofobia, pôde-se inferir que o Parque Sagarana apresentou pelo grau de satisfação dos seus usuários, essencialmente, um sentimento topofílico de lugar.

Já no Parque das Mangueiras manifestam-se alguns traços de desconforto; ameaças genéricas como a frequência de grupos que fazem o uso de drogas no espaço; a falta de manutenção e infraestrutura; surgindo assim um sentimento topofóbico em alguns usuários do parque. Mas também possui sentimentos topofílicos ressaltados pelos usuários (agradável, maravilhoso, bonito). Também no Parque Milton Prates, verificou-se uma mistura de sensações topofílicas e topofóbicas, uma vez que este apresenta satisfação e conforto estético e tátil, bem como desconforto e ameaças genéricas em determinados setores.

Em análise da dimensão simbólica, na A.L.P. do Parque Milton Prates manifesta-se um apelo simbólico devido ao valor histórico e cultural que ele representa para os cidadãos montesclarenses, fazendo-se presente em memória e imaginário, conforme descrito em entrevistas:

“Eu lembro que eu vinha muito aqui nesse parque quando era mais nova, para as matinês e pular carnaval, era bom demais” (Entrevistado 4, mulher, idoso).

“[...] me lembra minha infância também, eu quando criança brinquei muito nesse parque...frequento há muitos anos. Me lembra o fundador, me remete aos primórdios anos que eu ainda era criança e vinha para cá brincar [...]” (Entrevistado 12, homem, adulto).

Outra marca simbólica do parque, conforme constatado na A.L.P, é a lagoa que junto com os pedalinhos (figura 4) apresentam-se como marcos para a população da cidade de Montes Claros. É recorrente deparar-se com a cena de usuários que sentam a beira da lagoa (figura 4.1-3) para se refrescarem ou para atividades de lazer como o piquenique, a pesca, leitura, admiração da natureza, dentre outros.

Figura 4: Parque Milton Prates



Fonte: (1 e 2) Acervo pessoal dos autores, 2019; (3) Portal Prefeitura de Montes Claros, 2019.

Legenda: (1) Lagoa em período de estiagem no Parque Milton Prates; (2) Lagoa em período de cheia; (3) Utilização da lagoa e pedalinhos como forma de lazer.

Em períodos de estiagem, a lagoa tem seu volume de água reduzido (conforme comparação realizada entre as imagens da figura 4) e os visitantes entristecem com isso.

“A gente fica triste com essa situação do lago, do assoreamento que ao decorrer dos anos que vem ocorrendo... a gente ver ele nessa situação. Já tivemos informações que já tem recursos para poder sanar e fazer o desassoreamento do lago, e se esse lago secar o parque acaba ” (Entrevistado 12, homem, adulto).

Esse elo afetivo, ou entendido por Tuan (1980) como laço topofílico entre as pessoas e os lugares, apoia atitudes e valores orientados no desenvolvimento das questões ambientais, tornando-os mais conscientes, participativos e colaborativos em prol do bem público. Motivados por esse afeto, os usuários pedem por melhorias e mais cuidados com a infraestrutura do parque.

A lagoa também é fator de atratividade para os usuários irem ao parque, uma vez que muitos declararam escolher o parque Milton Prates e/ou preferirem visitá-lo devido a sua existência.

“O que me faz escolher esse parque é a presença da lagoa ”
(Entrevistado 1, homem, adulto)

Já os usuários dos parques Mangueiras e Sagarana, que também frequentam o Milton Prates, atestaram sentir falta de uma lagoa nestes parques, assim, a lagoa está presente no imaginário socioespacial dos montesclarenses.

“Aqui (Parque Sagarana) falta uma lagoa, uma água ” (Entrevistado 59, homem, adulto).

“Os dois parques (Mangueiras e Milton Prates) são bons, mas lá (parque Milton Prates) tem mais espaço, é maior, tem a lagoa [...]” (Entrevistado 29, homem, idoso). Ver mais entrevistas em Rocha (2020)

Nos outros parques, com implantação proporcionalmente recente e talvez por isso, não possuam nenhum apelo histórico e cultural, essa dimensão simbólica está relacionada aos símbolos de uma natureza idealizada.

Seguindo as análises das A.L.Ps e levando em consideração os fatores que despertam o inconsciente dos usuários apresentados pela autora Silva (2009) pode-se inferir que, na dimensão formal – infraestrutura, existem dois cenários: Parque Milton Prates e o Parque das Mangueiras com degradações em sua

infraestrutura física e falta de manutenção, diretamente relacionados ao imaginário do usuário, conforme nuvens de palavras e A.L.P. (figura 3); e em outra realidade, encontra-se o Parque Sagarana inaugurado recentemente, que por sua vez não apresenta nenhuma menção sobre sua dimensão formal, mostrando um relevante potencial para contato com a natureza e desenvolvimento de atividades físicas. A figura 5 exibe parte do mobiliário dos Parques Milton Prates e Mangueiras que se encontram quebrados, sem receber nenhuma manutenção, e o Sagarana com a sua estrutura nova.

Há um contraste entre as sensações de prazer e conforto encontrados no espaço para os usuários que frequentam o Parque Sagarana, em oposição as de desconforto pela falta de estrutura, descomprometimento com a estrutura local, vivenciadas pelos usuários que visitam os Parques Milton Prates e Mangueiras.

Com isso, revela-se que fatores importantes como o mobiliário adequado e a existência de equipamentos que permitem a realização das atividades desejadas por seus usuários, que são fatores relevantes na sensação de conforto nos espaços públicos (BARROS, 2010) e ampliam as vivências nestes espaços, estão sendo negligenciados nos parques Milton Prates e Mangueiras.

Figura 5: Mobiliários nos parques urbanos



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2019.

Legenda: Mobiliários quebrados: (1) Milton Prates; (2) Mangueiras. (3) Mobiliário novo no Sagarana

Em análise das A.L.Ps dos Parques Milton Prates e Mangueiras, percebe-se o quanto a dimensão formal afeta o imaginário e a percepção dos seus usuários. O Parque Milton Prates é o maior e mais antigo equipamento de sua categoria (parques naturais) na cidade. O local que é um atrativo de lazer para a população há cinco décadas, apresenta algumas degradações em sua estrutura por falta de manutenção, assim, o usuário pede por mais intervenção e cuidado do poder público pelo espaço.

Em 2017, o espaço recebeu novos mobiliários, entretanto, estes foram localizados privilegiadamente em áreas visíveis do parque. Assim, somente alguns grupos de usuários utilizam desses novos mobiliários, uma vez que a apropriação no parque ocorre por microterritórios no espaço público (SERPA 2013). Em consequência disso, mesmo que possua novos mobiliários, no imaginário de muitos usuários consta a falta de infraestrutura e de manutenção dos existentes no setor que eles se apropriam.

A situação do Parque das Mangueiras é ainda pior. Conforme os usuários, desde a sua inauguração em 2012 não foram acrescentados novos mobiliários e a academia ao ar livre instalada em 2015¹² nunca recebeu manutenções e atualmente se encontra com alguns aparelhos danificados. Além disso, nos banheiros não há água encanada e o parque não possui mais bebedouro, que foi quebrado por alguns usuários.

O parque das Mangueiras é permeado por conflitos e problematizações das práticas sociais existentes no espaço público. O público do parque é basicamente composto por famílias com crianças e idosos. Todavia, alguns jovens, em sua maioria homens, permanecem no espaço consumindo drogas o que provoca um conflito exposto pelos usuários e servidores do parque: entre as famílias, idosos, mulheres e os referidos jovens¹³.

Acometidos pelo sentimento de insegurança no espaço, os usuários sentem-se abandonados pela gestão municipal tanto na segurança do local como nas demais questões de infraestrutura e lazer, protestando por um parque mais seguro e recreativo. Atestou-se que principalmente as mulheres demonstram esse sentimento:

“[...] eu acabo vindo só com meu marido, sozinha com meu filho eu tenho medo de vim, porque você vê que aqui não tem policiamento e segurança nenhuma. No final de semana tem menos (uso de drogas), porque vem muita gente, daí inibe eles. E na semana é mais difícil porque vem pouca gente, vem uma ou duas famílias” (Entrevistado 30, mulher, adulto).

¹² Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2015/mai-15/not_08_05_15_3721.php, acesso em ago. 2020

¹³ As depredações no patrimônio público foram realizadas por esse grupo específico, identificado pelos entrevistados como os usuários de drogas, que territorializam o espaço e dele se apropriam por vezes com atos hostis e gestos desrespeitosos com a coletividade, como transitar em alta velocidade de bicicleta pelo parque – ação proibida conforme as normas de utilização do espaço. Por razões de segurança, não foram realizadas entrevistas com esse grupo que fazia uso de drogas no local, limitando a compreensão do porquê eles mantêm esse comportamento e depredaram o espaço público.

Há nesses cidadãos o desejo por um espaço mais bem estruturado, muitas vezes apreendido como apelo pela manutenção de um lugar de vivências na comunidade. Esses sentimentos e desejos são os espaços de representações de Lefebvre (2006).

Em análise do espaço vivido e percebido pelas A.L.P. e observações livres realizadas in loco no Parque Urbano das Mangueiras, este se apresenta como lugar do lazer e do encontro para a comunidade local. O espaço público na periferia urbana¹⁴ é importante, pois é nele que os cidadãos compartilham momentos do seu cotidiano. Privados muitas vezes de infraestrutura, serviços e lazeres, o parque urbano se torna o lócus de distintas manifestações e formas de apropriações que, por vezes, representam resistência à cidade, entendido por Loboda (2016) como espaços que expressam resíduos de uma esfera pública.

No domingo é organizado pelos próprios usuários um encontro comunitário, conforme a figura 6-2, que já foi uma pequena feira com diversos setores, porém com o tempo a maioria dos feirantes desistiu por falta de recursos e incentivo da prefeitura. Sem infraestrutura (pontos de energia e local para deixarem suas barracas), os feirantes resistentes criam suas próprias estratégias e táticas no cotidiano (CERTEAU, 1998) como forma de subverter as imposições no espaço urbano. Assim, essas e outras táticas de autogestão declaradas pelos usuários – como o fechamento do espaço pelos próprios usuários; o plantio e a rega das plantas; ligação para a prefeitura solicitando a substituição de lâmpada queimada no local –, são mantidas no parque das Mangueiras, a fim de manterem as práticas sociais e vivências urbanas cotidianas.

¹⁴ Entende-se como conceito de periferia urbana a definição empregada por Serpa (2010) na qual após redefinição sociológica, a periferia atualmente é entendida como áreas deficientes em infraestrutura e equipamentos de serviços, ocorrendo principalmente a reprodução socioespacial de populações de baixa renda e com baixa escolaridade.

Figura 6: Apropriações nos parques urbanos



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2019.

Legenda:(1) Pais com filhos e casais no playground do Parque Milton Prates; (2) Encontro de amigos à esquerda e sociabilização com barrquinhas à direita, no Parque das Mangueiras

Os parques Milton Prates e Mangueiras apresentam uma aproximação entre os seus imaginários socioespaciais, pois em suas respectivas A.L.Ps. o uso que tem maior predominância é o do lazer individual e social, entendendo que para esses usuários o espaço público é o lugar do convívio e do encontro com o diferente, da sociabilidade (expostos na figura 6), embora também coexistam conflitos de interesses nos espaços.

Já a A.L.P. do Parque Sagarana constitui-se uma percepção da dimensão simbólica, quando o usuário exprime sensações positivas do espaço. A expressão Atividade Física foi a mais citada, revelando o processo de cognição dos usuários, uma vez que é a atividade diária mais usual deste parque, embora possua também em menor proporção o uso para o lazer.

A qualidade da pista de caminhada do parque contribui para prevalência das atividades físicas, isso é observado pelo tamanho e condição da pista: dispõe de marcações da distância, nivelamento e sombreamento, conforme destacado por alguns usuários que citam a infraestrutura como fator que influencia na escolha do parque para suas práticas de atividades físicas. Entende-se assim que este

parque representa para grande maioria dos seus usuários uma maneira de praticar exercício físico em contato com a natureza.

Quanto as práticas sociais vivenciadas no parque Sagarana, observou-se uma individualização das práticas realizadas, comedidas por códigos sociais e comportamentais de sociabilidade pública (GOMES, 2018), onde a maioria dos seus usuários buscavam no espaço práticas físicas (figura 7) e lazer individual, e não o encontro social como nos outros dois casos.

Figura 7: Prática de corrida/caminhada no Parque Sagarana



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2019.

O habitus e o campos (BOURDIEU, 1983) estão presentes em cada Associação Livre de Palavras (A.L.P.) de modo a representar as condições culturais e sociais do contexto de cada indivíduo e materializados pelo estilo de vida.

Assim, constata-se que os parques urbanos apresentam imaginários espaciais distintos de acordo com cada realidade espaço-tempo que, conseqüentemente, está relacionada com condições socioeconômicas e culturais dos seus habitantes. Os espaços de representações possuem espaços percebidos e vividos pelos distintos grupos e classes sociais, de maneira que cada habitante dispõe do seu sistema de significações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como intenção estimular novas análises dos parques urbanos na cidade contemporânea a partir do imaginário, experiência e percepção ambiental dos seus usuários.

Com a aplicação da técnica da Associação Livre de Palavras identificou-se um padrão repetitivo nas palavras ditas, isto é, apesar dos lugares encontrarem-se repletos de simbologias e afetividades para cada pessoa, nos parques urbanos montesclarenses as simbologias fazem parte do imaginário coletivo do cidadão.

No processo de percepção ambiental do espaço, aliado à cognição e ao imaginário, os usuários dos parques foram acometidos por suas avaliações formais-físicas acerca do espaço, e simbólicas. Assim, um conjunto de sensações orienta a visita no local, podendo ser topofílicas ou topofóbicas.

Notou-se que a avaliação da estrutura física do espaço público é preponderante no imaginário do usuário, sendo assim, considerou-se que a primeira dimensão perceptível e que transmite conforto para o usuário nos parques urbanos é a dimensão formal do espaço público.

Dessa forma, os parques analisados apresentam dois cenários quanto a sua dimensão formal (infraestrutura), estando de um lado os parques Parque Milton Prates e o Parque das Mangueiras com degradações em sua infraestrutura física e falta de manutenção. Em outra realidade, está o Parque Sagarana, inaugurado recentemente com infraestrutura e bancos com design diferenciado, que apresentou potencial para desenvolvimento de atividades físicas em meio a natureza.

O Parque das Mangueiras está associado à sua falta de infraestrutura e descuido com o espaço, mas também é considerado como lugar vivencial das práticas sociais de encontros e sociabilidades da comunidade local. A A.L.P. do parque Municipal Milton Prates, distribui-se em reivindicações acerca da sua dimensão formal e dos seus aspectos simbólicos, exaltando também a sua função

de lazer. Contudo, o Parque Sagarana contrasta com essas duas realidades, uma vez que aparece exclusivamente a sua dimensão simbólica no imaginário social do usuário, que possui pelo espaço um sentimento topofílico de lugar.

Considerando o contexto socioespacial dos parques urbanos e a realidade econômica e cultural dos seus usuários, é possível tecer interpretações adicionais às nuvens de palavras.

A A.L.P. do Parque Municipal Milton Prates e do Parque das Mangueiras são próximas, por apresentarem públicos de classe social mista. O Parque Municipal Milton Prates embora esteja localizado próximo a zona oeste (figura 2), na qual estão localizados os bairros com poder aquisitivo mais alto da cidade, faz fronteira com outros bairros de classe econômica baixa e que nas últimas décadas tem melhorado esse padrão econômico. Nessas duas A.L.Ps. a atividade com maior predominância é o lazer, o encontro, a conversa. Entende-se que para esses usuários, o espaço público é o lugar do convívio e do encontro com o diferente, da sociabilidade.

Já o Parque Sagarana está localizado na zona oeste com entorno de bairros unicamente de poder econômico alto, fazendo deste local um espaço essencialmente das classes média e alta da cidade. Embora seja recente sua implantação, recebe uma preocupação maior do poder público municipal em detrimento aos demais. Na A.L.P.do parque, a atividade com maior predominância foi a prática do exercício físico. Entende-se que tanto a forma urbana do parque quanto as necessidades e o estilo de vida (*habitus*) dos usuários influenciaram nessa escolha.

Permeados por conflitos, os espaços públicos com maior invisibilidade para a gestão municipal, como é o caso do Parque das Mangueiras, que pouco recebe manutenção e investimento, ainda são acometidos pelo vandalismo por parte dos próprios usuários. Observou-se dois movimentos antagônicos no espaço, entre os usuários que desenvolvem uma autogestão para manter viva algumas atividades no parque versus aqueles que vandalizam o patrimônio público.

Não obstante, no Parque Sagarana, os usuários que detêm um capital social e cultural mais alto, muito embora tenham em seus discursos a consciência quanto aos prejuízos dos atos de vandalismo, não tomam os espaços públicos como algo de cuidado coletivo. Observou-se em campo, por diversas vezes, o descompromisso dos usuários com a limpeza do espaço, jogando lixo no chão e passeando com o seu cachorro que deixaram dejetos pelo local.

Contudo, entende-se que ainda há alguns desafios a serem vencidos nos parques urbanos da cidade Montes Claros-MG. Para que estes desempenhem suas totais potencialidades e sejam espaços de vitalidade, necessita-se que haja maior conscientização e comprometimento por parte dos usuários, desempenhando juntamente com o poder público um papel ativo na gestão e manutenção destes espaços. O poder público, enquanto representante legítimo dos interesses coletivos, deve oferecer espaços que atendam as demandas e expectativas dos seus usuários.

Partindo da conjuntura que a cidade contemporânea é o lócus da diferenciação socioespacial, os modos de viver e experienciar os espaços também são diferenciados de acordo com a localização no território, nos espaços públicos se fazem visíveis as ausências e os efeitos excludentes das dinâmicas urbanas. Em Montes Claros, embora no último ano a gestão municipal tenha empreendido esforços na implantação de novos parques urbanos, ainda não há equidade distributiva destes equipamentos na cidade, diante de sua carência em periferias urbanas (zonas norte/noroeste/nordeste).

Por conseguinte, além de ser pequeno o número de parques urbanos em bairros periféricos, como no caso do Parque das Mangueiras, quando tem, estes não recebem manutenções frequentes por parte do poder público.

REFERÊNCIAS

- ASCOM, Assessoria de comunicação de Montes Claros. **Festa do Trabalhador leva multidão para o Parque Municipal Milton Prates**. Prefeitura Municipal de Montes Claros, maio de 2019. Disponível em <http://www.montesclaros.mg.gov.br>, acesso em julho de 2019
- ASCOM, Assessoria de comunicação de Montes Claros. **Parque das Mangueiras**: Prefeitura entregará a nova área verde no início de julho. Prefeitura Municipal de Montes Claros, julho de 2012. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/>, acesso em jul. 2019
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. (Organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.
- CARLOS, A.F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, Editora Vozes.3 ed. 1998.
- COUTINHO, M.da P. de L. A TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS SOBRE O PRISMA DO SOFTWARE TRI-DEUX-MOTS (VERSION 5.2). **Revista Campo do Saber**. Vol. 3 N.1 jan./jun. 2017
- FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Revista Estudos de Psicologia**. 29(4) 609-617, Campinas. Out. Dez. 2012.
- FRANÇA, I. S.de. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia. UFU. Uberlândia. 2007.
- FRANÇA, I. S.de. Cidade e região: deslocamentos para estudo e trabalho direcionados à cidade média de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. In: OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Cidades Médias e Região**. 1 ed.São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017, v. 1, p. 1-352.
- GOMES, M. A.S. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí, Paco Editorial, 2013.
- GOMES, P. C.da C. **Considerações acerca dos espaços públicos e suas variações no tempo e no espaço**.In: Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos. (Orgs.) SERPA, Ângelo; CARLOS, Ana Fani Alessandri. Salvador, EDUFBA, 2018.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão, 2006.
- LEITE, M. E.; PEREIRA, A.M. **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros-MG**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2008. 208 p.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP; Aracajú: UFS, 2ª ed., 2007, 375p.

LOBODA, C. R. **Espaço público e periferia na cidade contemporânea**: entre as necessidades e as possibilidades. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 37, p. 37 - 64, ago. 2016. ISSN 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/40382>. Acesso em dezembro de 2019.

MACEDO, S.S.; SAKATA, F.G. **Parques urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

MACEDO, S. S.et al. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados. 1996.

MONTES CLAROS, Câmara Municipal. **Lei nº 4.198 de Dezembro de 2009** que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo e Zoneamento no município de Montes Claros. Montes Claros, 2009. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/LEIS/Lei%20Uso%20e%20Ocupa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Solo%20no.%204198-2009.pdf>, acesso em jun. 2019

MONTES CLAROS, Câmara Municipal. Prefeitura Municipal. **Lei 5.077, de 21 de Agosto de 2018**. Dispõe sobre a criação de Parques Municipais. Montes Claros, 2018. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/lei/lei-5077-de-21-de-agosto-de-2018>, acesso em jun. 2019

MONTES CLAROS, Câmara Municipal. Prefeitura Municipal. Prefeitura credencia ambulantes para vender brinquedos, bebidas e alimentos nos parques de Montes Claros. Montes Claros, 25 de novembro 2019. <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente/prefeitura-credencia-ambulantes-para-vender-brinquedos-bebidas-e-alimentos-nos-parques-de-montes-claros>. Acesso em dez. 2019

ROCHA, M. V. **Usos e significados dos espaços públicos contemporâneos**: uma análise dos parques urbanos em Montes Claros/MG. 2020. 198f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais. 2020

SAKATA, F. **Parques Urbanos no Brasil – 2000 a 2017**. 2018. 348 f. Tese (Doutorado - Arquitetura e Urbanismo) -- Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 7 ed., 2007.

SAVI, A. E. **A realidade e a percepção ambiental**. Site: Arquitetura História e Patrimônio. Disponível em: <https://arquiteturahistoriaepatrimonio.wordpress.com/2016/10/22/a-realidade-e-a-percepcao-ambiental/> acesso Nov. 2018

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, Â. Patrimônios e periferias frente ao turismo. **Geosaberes** – V. 1, n. 1, p. 16-26. Maio/2010

SERPA, Â. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Cidades** Vol. 10 N. 17, agosto/2013.

SILVA JÚNIOR, O. F. da. Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labirínticomundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural. **Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário - UNIR**, Ano I nº. 3 –Out.- Dez. 2001. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo31.html>. Acesso em: Nov. 2019

SILVEIRA. J. **Toninho Rebello**. Crônicas do portal Montes Claros, publicado 7 de maio de 2015. Disponível em: <https://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Jorge%20Silveira>, acesso em jun., de 2019

SOBARZO MIÑO, O.A. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2004.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. SP:DIFEL, 1980.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

1 – Maria Vitória Xavier Dias Rocha

Arquiteta e Urbanista, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros, <https://orcid.org/0000-0001-6944-285X>, vitoriaxavier_dias@hotmail.com
Contribuição: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita – primeira redação

2 – Carlos Alexandre de Bortolo

Pró reitor adjunto de Pós graduação e professor efetivo na Universidade estadual de Montes Claros – Unimontes, Doutor em Geografia, <https://orcid.org/0000-0003-4304-8824> - carlos.bortolo@unimontes.br
Contribuição: Supervisão, Escrita – revisão e edição.

3 – Anete Marília Pereira

Professora do Departamento de Geociências da Unimontes, do Programas de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Doutora em Geografia, <https://orcid.org/0000-0001-7084-7109>, - anete.pereira@unimontes.br
Contribuição: Supervisão, Escrita – revisão e edição.

Como citar este artigo

ROCHA, M.V.X.D; BORTOLO, C. A de; PEREIRA, A. M. Parques Urbanos contemporâneos: uma análise dos imaginários socioespaciais na cidade de Montes Claros/MG. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 25, e19, p. 01-38, 2021. DOI 10.5902/2236499443562. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499443562>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.